

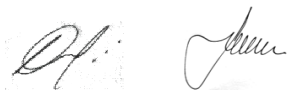
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017 DA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA – SEGUNDA PARTE**

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, com início às catorze horas e trinta minutos, na Câmara de Vereadores de Goiânia, situada na Avenida Goiás, número dois mil e um, Setor Central, conforme publicação no blog do Plano Diretor de Goiânia <http://goianiadofuturo.blog/> e também publicado no Diário Oficial do Município Edição número seis mil e setecentos, em vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, realizou-se a segunda parte da segunda Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Goiânia, promovida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, representada por seu Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor, Henrique Alves Luiz Pereira. Presentes à reunião os diversos segmentos da sociedade organizada. Cumprimentou toda equipe do Plano Diretor e convidou o Coordenador Técnico do Eixo de Desenvolvimento Humano Ariel Silveira de Viveiros. Ariel Silveira apresenta a equipe de trabalho e informa suas respectivas qualificações. Agradece a presença de todos e relata o objetivo do Eixo de Desenvolvimento Humano, que é a cidade para as pessoas, que garanta os serviços à população. Informando que não tem como tratar do Eixo de Desenvolvimento Humano sem tratar os demais eixos. Começa apresentando os temas principais: Habitação e Regularização Fundiária, Educação, Saúde e Segurança. Sobre o tema Educação faz uma explanação sobre o que deverá ser, e sobre os temas Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional mostra as sugestões de alterações na lei. Faz um relato de como é realizado o programa de nutrição através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia. Sobre os temas Assistência e Inclusão Social relatam quais serão os meios de conseguir através do mapeamento regionalizado os serviços da rede: Programa municipal de acesso ao trabalho; Garantia de atendimento a todas as pessoas; Fortalecimento e efetivação dos Conselhos Municipais, ressalta que uma grande preocupação é a ampliação dos Conselhos Tutelares na nossa cidade. Sobre o tema Cultura Esporte e Lazer informa que deverá ser criado e implantado o programa do patrimônio imaterial do município de Goiânia; valorização e ampliação dos equipamentos culturais.



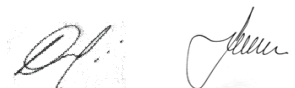
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Regularização fundiária manutenção das Áreas Especiais de Interesse Social e buscando adequação com as Leis Federais e Municipais. Apresenta a cota solidária, dá um exemplo de como funcionará em relação ao parcelamento do solo, com destinação de áreas verdes de sete e meio por cento de área parcelada, vinte por cento da área de sistema viário, cinco por cento da área total comercializada convertida e finaliza com outro exemplo. Faz uma apresentação do banco de lotes de acordo com a Lei Oito Mil Quinhentos e Trinta e Quatro de Dois Mil e Sete, que foi considerada inconstitucional no Município de Goiânia e devido a insegurança jurídica propõe a cota solidária para todo o município de Goiânia e não mais só para as áreas inseridas na expansão urbana de acordo com a Lei Cento e Setenta e Um de Dois mil e Sete. Outra questão seria a Lei Federal Onze Mil Oitocentos e Oitenta e Oito a macroestrutura do programa de assistência técnica que traria o direito à moradia digna; reforma construção ou ampliação com ajuda dos escritórios de arquiteturas. Outros instrumentos são tratados como reflexo das ações setoriais, planos, sistemas e a rede. Plano de bairro que fará parte do sistema de planejamento; plano municipal de redução de risco integrante do sistema nacional de proteção e defesa civil que objetiva a caracterização e dimensionamento das áreas de risco; rede de estruturação local, trechos do território a serem identificados para desenvolvimento urbano local visando à integração de política e investimento público com foco na rede de espaços livres e praças com intervenção do município dos espaços não ocupados por edificações. Apresentou ainda o Sistema de Equipamentos Comunitários que possui três planos: Plano setorial; Plano de Articulação e integração da rede de equipamentos e explica como se dará cada um dos planos. Faz uma explanação sobre equipamento público dentro da Lei Seis Mil Setecentos e Sessenta e Seis de Hum Mil Novecentos e Setenta e Nove e que está adequando ao que propunha a Lei Cento e Setenta e um de Dois Mil e Sete, sobre educação; saúde; segurança e lazer, e informa que estão sendo revisados os raios de abrangências; deslocamento para esses equipamentos. E no plano e gestão de áreas públicas serão criados critérios da destinação e afetação das áreas públicas e finalizou a apresentação. Ariel passa a palavra ao Vereador Paulo Magalhães. Paulo Magalhães faz uma explanação do que aconteceu no




Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

plenário no período da manhã sobre a apresentação dos diabéticos, e informa que a apresentação do Eixo de Desenvolvimento Humano foi excelente porque está faltando tudo no município de Goiânia e que o Vereador Elias Vaz vai procurar a Prefeitura Municipal de Goiânia para resolver o problema da Feira da Madrugada e da Feira Hippie. Entende que a Prefeitura Municipal de Goiânia deveria ter um sistema de controle de todas as áreas públicas, mas que não sabe onde estão localizadas todas elas. Salienta que a Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação nunca vai assumir o problema e que não viu nada sobre os idosos nessa apresentação. Destaca que a política chegou à um ponto que até o Deputado Tiririca querer sair da Política. E que entraram vinte e dois vereadores e que os mesmos viraram a “casaca” muito cedo. E que todos poderiam pedir aos vereadores para tomar vergonha na cara e participarem das Audiências do Plano Diretor. Que os vereadores estão esperando os empresários chegarem no gabinete para pensarem no Plano Diretor, finaliza e passa a palavra ao Coordenador Técnico Eixo de Desenvolvimento Econômico Luciano Gomes do Prado. Luciano Gomes do Prado apresenta a equipe de trabalho e informa que os prognósticos foram feitos através dos diagnósticos que foram outrora apresentados, convida a todos para participarem no blog: <http://goianiadofuturo.blog/> e começa a discorrer sobre o Artigo Sexto, Artigo Sétimo e Artigo Quadragésimo Sétimo da lei vigente do Plano Diretor. Relatou um acontecimento da proibição do estacionamento na Avenida T-Sessenta e Três e diz ainda que a regra implementada pela Lei Oito Mil, Seiscentos e Dezessete que é a Lei de Parâmetros Urbanísticos estabelece que acima de sessenta metros quadrados por regra geral, tem regras específicas, mas acima de sessenta metros quadrados é exigido um vaga de uso misto. Informa que seria um incentivo nas construções as Fachadas Ativas onde a parte superior seria residências e a parte térrea seria comércio. Outra forma da ocupação seria a utilização dos vazios urbanos. Informa ainda que um mecanismo de estímulo seria a criação de novos pólos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais, diz que temos que levar atividade econômica para todo o perímetro urbano. Informou que a Lei de Oito Mil, Quatrocentos e Dois de Dois Mil e Seis, ainda não foi aplicada. Citou um pólo criado em Belém que voltou para as



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

potencialidades daquela região. E que o forte de Goiás seria a atividade agropecuária. E um dos pólos previstos no Plano Diretor, Lei Cento e Setenta e Um de Dois Mil e Sete é o pólo industrial e de serviços do ramo de reciclagem de resíduos sólidos e da construção civil e lavanderias. Outra sugestão que apresenta é a implantação do Arranjo Produtivo Local Moda Goiânia, informou que já foi previsto no Decreto Dois Mil, Setecentos e Oitenta e Cinco de Dois Mil e Dezesesseis e que é uma área que pode ser mais bem trabalhada. E que algumas pessoas estão sugerindo a aplicação na Feira Hippie e Rua Quarenta e Quatro até a Bernardo Sayão para organizar e estruturar. Diz ainda propor incentivos fiscais que poderão ser aplicados, mediante Lei específica. Fala ainda que é preciso fazer que a população do Setor Central voltar a morar lá, garantindo emprego e renda. Apresenta dados estatísticos de como Goiânia se encontra nesse momento, e que menos de quinze por cento dos bairros concentram quase quarenta por cento das atividades econômicas de toda a cidade, mostrando a necessidade de estimular as atividades econômicas no nosso município. Fala da proposta de horários de funcionamento de empresas em horário diferenciado. Informa que as atividades econômicas não funcionam a noite por causa da segurança pública e outra da questão trabalhista. Relata a estatística da média de abertura de empresas de Goiânia em relação ao Brasil e países como África do Sul, Argentina, México e Portugal. E que em Dois Mil e Dezesesseis, quinze virgula vinte e seis por cento obtiveram alvará de funcionamento emitido. E que trinta e cinco por cento dos processos protocolados foram de Microempreendedor Individual e ainda, que vinte e um por cento dos estabelecimentos não estão cadastrados no Município. Implementação dos seguintes instrumentos como ferramentas para a desburocratização. Falou que um prazo médio de cento e trinta e cinco dias para abrir uma empresa diz “é um absurdo isso”. Sobre o Aerotropole, informou que o Plano Diretor trouxe no mapa, mas que não disse nada no texto e que tem que buscar regulamentar e prever também o percentual do grau de incomodidade que deve estar entre dois e três. Sobre as feiras informou que a autorização da feira deveria ser feita todo ano e que tem uma inadimplência de sessenta e cinco por



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

cento e que hoje a Feira Hippie é considerada a maior feira de Goiânia e que tem que ser melhor organizada. Com relação ao turismo apresentou Goiânia como referência em saúde humana, centro de comércio varejista e competitividade de turismo nacional. Disse que é preciso estimular o tempo de permanência do turista dentro da cidade. Citou como exemplo o evento da Vila Mix, disse ainda que a música sertaneja é uma realidade em Goiânia. E a realização de eventos de saúde, religiosos, feiras, o turismo de eventos precisa ser motivado, inclusive atividades econômicas em áreas rurais. Sobre o tema Fiscalização apresentou a estatística do alvará de funcionamento e os problemas encontrados como a falta de informatizações. Informou que apenas com uma notificação muitas pessoas procuraram regularizar sua situação com a prefeitura. Diz sugerir na revisão a criação de uma seção específica sobre fiscalização dentro do capítulo da Gestão Urbana que vai propor cinquenta por cento das taxas para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e parte dessas taxas para a fiscalização. Agradece a presença de todos e passa ao debate. Ricardo Cantacclaro, Diretor da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás e das atividades e serviços do Estado de Goiás parabenizou o Plano Diretor e disse que realmente está contemplado o setor comercial e os profissionais liberais e que vai ser muito significativo para a cidade de Goiânia e que está disponível para enriquecer o Plano Diretor. Outro ponto apresentado é sobre dois programas um voltado no centro e outro em campinas e se o programa é instituído em Lei? Sebastiana Fernandes, Presidente do Conselho Municipal Geral pergunta se teria brecha para a questão da nutrição que hoje não tem recursos financeiros. Disse que havia o programa das hortas e que com a troca de secretário e pela falta de interesse não continuou. Informou que a universidade está com um projeto de hortas para aproveitar os espaços vazios, pegaram um projeto piloto e aplicaram na Região Noroeste. E pergunta: Como faremos para encaixar tudo isso na questão alimentar? Disse que vem pedindo que o município crie um conselho para representar esses seguimentos. Luciano Gomes do Prado responde em relação à revitalização do centro ainda não foi aplicado. E sobre as hortas e agricultura familiar o Plano Diretor tem interesse nesse assunto e o eixo ambiental também tratará desse assunto.



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Ariel Silveira de Viveiros responde que a política setorial deveria ser tratada da questão de segurança nutricional e que a Lei vigente que trata dela não implantou esse instrumento, e que cabe ao Plano Diretor trazer a importância disso, porém poderá ser implantado através de Planos setoriais. Ricardo Cantaclaro pede a palavra e diz que a atividade industrial foi espulgada no município e que por causa disso tem a redução das participações nos municípios, e que hoje é a metade do que tinha no plano anterior e que não quer ver Goiânia ser transformada em cidade dormitório. Gerando receitas para outros municípios. Na indústria tem vários graus de impactos e que o grau um, dois e três seja revista também. Fez uma explanação das indústrias na década de quarenta, cinquenta e sessenta. Que a indústria seja revista a questão do grau de impacto e que pela modernidade de hoje não tem mais aquele impacto citado na Lei. E que seja feito a revisão geral sobre isso. Luciano Gomes do Prado responde que será estudado, e que sabe das dificuldades enfrentadas pelas as indústrias em Goiânia. E que serão revistos e que os critérios de grau de incomodidades serão revistos no Plano Diretor. Mas a questão mais detalhada será em Lei específica. Sem mais perguntas o coordenador geral Henrique Alves agradeceu a presença, participação e colaboração de todos, declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Nós, Clésia de Jesus do Nascimento Oliveira e Nathan Araújo Mendonça, lavramos a presente ata, que assinamos juntamente com Henrique Alves Luiz Pereira, Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Janamaina Costa Bezerra de Azevedo, Coordenadora Operacional da referida Comissão.

